

Relações entre lugar discursivo e efeitos de sentido no discurso jornalístico

Ângela Maria Zamin
Reges Toni Schwaab

Resumo

A partir do mapa teórico da Análise do Discurso francesa (AD) propomos pensar o Jornalismo partindo de dois conceitos: lugar discursivo e sentido. Procuramos mostrar a relevância do estudo do Jornalismo por meio de dispositivos teóricos da AD, que permitem, ao analista, observar o discurso jornalístico pela indissociável dualidade texto e contexto, na busca por apreender o que está colado ao texto, como determinado discurso busca produzir efeitos de sentido.

Palavras-chave

Jornalismo, Discurso, Lugar discursivo, Sentido

Abstract

From the theoretical map of the French Discourse Analysis we propose to think about the Journalism from the two concepts: discursive place and sense. We tried to show the relevance of the study of the Journalism by means of the theoretical devices of the French Discourse Analysis, that it allows, to the analyst, to observe the journalistic discourse for the indissociable duality text and context, in the search for apprehending what it is glue to the text, how determined discourse searches to produce effects of the sense.

Key words:

Journalism, Discourse, Discursive place, Sense

Este artigo toma o Jornalismo enquanto prática discursiva, como lugar de seleção e de construção simbólica de um aqui e de um agora, em que são fundamentais as escolhas entre aquilo que é dito e o que é silenciado, de quem participa e de quem é ausentado desse processo. É presente, ainda, que o discurso jornalístico naturalizou-se como o discurso sobre o real, marcado por uma “vontade de verdade” (FOUCAULT, 2006)¹. Essa referência nos parece fundamental, lembrando que Foucault (2006) aborda a questão do poder relacionando-o ao discurso da verdade, o que marca também uma determinação, vinda do exterior, na constituição do discurso. Valendo-se deste capital, o Jornalismo configurou-se em espaço de legitimação e interpretação partilhada dos acontecimentos públicos cotidianos, por meio da instituição de discursos revestidos de vontade de verdade.

Os discursos jornalísticos tornam-se expressões máximas do que é verdadeiro; e é com eles, vale dizer, que construímos os nossos modos de compreender e ver o mundo, visões que tecem nossa percepção do outro e nossa maneira de lidar com o diferente ou o semelhante (RESENDE, 2006: 3).

A problemática que move a presente abordagem não é a da busca por compreender os sentidos de um texto (seja ele oral, escrito ou imagético). Nos guiamos, sim, pela busca de maneiras de revelar os processos de constituição dos sentidos, de ferramentas que possibilitem desvelar processos, mecanismos de funcionamento dos textos jornalísticos, tomados enquanto discurso. É para isso que mobilizaremos aqui uma série de conceitos que compõe o mapa teórico da

Análise do Discurso de linha francesa. Aqui, teceremos estas reflexões sobre o discurso jornalístico tomando como ponto de partida dois conceitos que têm íntima relação: o de lugar discursivo, pensando a figura do jornalista no discurso, e o conceito de sentido, compreendido como efeito de sentidos.

Nossa abordagem tem como premissa que os acontecimentos, fonte de trabalho dos jornalistas, já chegam a eles pela linguagem e é por meio dela que o Jornalismo constrói sentidos e media as diferentes instâncias do social. Desta forma, a linguagem “[...] constitui e não descreve aquilo que é por ela representado” (BERGER, 1998: 19).

É por essa razão que pensar o Jornalismo pelos mecanismos da linguagem possibilita deixar transparecer o que habitualmente permanece escondido: a trama de relações que constitui um discurso (já tomado como texto pelo analista), extraíndo dele os processos particulares (do presente e do histórico) que o conformam. Como argumenta Ponte (2005), o discurso jornalístico é parte integrante da institucionalização da sociedade como realidade objetiva. Para a autora, os produtos jornalísticos são carregados de sentido ideológico, de escolhas, da noção de que essas são as matérias sobre as quais se deve saber. São os campos semânticos construídos pela linguagem que constituem esquemas de classificação e permitem a acumulação da experiência. O modo como o Jornalismo interage e fala sobre os demais campos tem a ver com as suas próprias características enquanto um sistema organizado.

O Jornalismo configura narrativas de experiências ética e moral, revela-se como via de reconfiguração da cultura contemporânea. Essa reconfiguração se realiza nos atos de

¹ FOUCAULT (1996) explicita os modos de legitimação dos lugares de fala a partir de três modelos: a interdição, a segregação e a vontade de verdade. O campo dos media e, especialmente, o do Jornalismo, institui lugares e produz falas revestidas da vontade de verdade: “quem fala e de onde fala são critérios absolutamente relevantes e definidores do que é ou deixa de ser verdade” e “o lugar de representação do acontecimento é institucionalmente legitimado ou porque aquele que profere o discurso, na figura mesmo do sujeito que fala, tem credibilidade” (RESENDE, 2007: 3).

leitura das notícias de cada dia quando o leitor, ouvinte ou telespectador criativamente reinterpreta, sob o mesmo fundo cultural do autor, o percurso de representação dos dramas e tragédias do homem moderno (MOTTA, 2005: 33)

A riqueza do discurso jornalístico reside nesta constituição não apenas como um lugar de acolhimento das compreensões sobre os variados processos sociais, mas vendo-se (ou sendo visto) como agente neste cenário, dispondo de regras e especificidades que operam na circulação de sentidos.

Para Traquina (2001: 87), as escolhas são orientadas “[...] pela aparência que a ‘realidade’ assume para os jornalistas, pelas convenções que moldam a sua percepção e fornecem o repertório formal para a apresentação dos acontecimentos, pelas instituições e rotinas”. Por esta concepção, a seleção do que vai virar notícia está calcada em critérios e estratégias, incorporadas como rotinas profissionais.

Essas teorizações permitem ver que as notícias resultam de processos complexos. Mais do que isso, que o próprio Jornalismo é um processo e toda a sua processualidade se manifesta no texto, a materialização do discurso, ofertada para interpretação do público. É sobre essa materialidade que o analista de discurso vai se debruçar, devendo, para isso, considerar fortemente as especificidades do Jornalismo. Sem isto, ressalta Machado (2007: .2) os resultados são “[...] equivocados, distorcidos ou mesmo totalmente inválidos”.

Na análise do discurso jornalístico é preciso estabelecer a conexão com o ideológico no texto. O diálogo com os dispositivos da Análise do Discurso francesa (AD)² desenha-se como um caminho para fazer emergir

os efeitos de sentido que constituem a teia discursiva. Trabalhar com a compreensão do Jornalismo enquanto discurso pressupõe considerar todos os aspectos envolvidos neste sistema, nesta processualidade própria do fazer jornalístico, sendo que estes aspectos não estão do lado de fora do texto, mas inseridos nele.

A própria lógica de pensar o Jornalismo enquanto um sistema pressupõe operar em termos de organização e interação (FONT-CUBERTA e BORRAT, 2006) e embora as notícias sejam “[...] codificadas em estruturas já percebidas e previstas” (MOTTA, 2000: 2), este sistema não preenche os furos nem se transveste de transparência. A opacidade, característica fundamental da língua, é intrínseca ao discurso. E quanto mais este funciona, menos evidente se mostra a ideologia³. É neste momento, porém, que ela se faz mais presente. Puxar estes fios é tarefa do analista.

Sobre a constituição dos sentidos

Em AD, o sentido não pode ser pensado como um produto acabado, resultado de uma possível transparência da língua. O sentido deve ser compreendido como algo que está sempre em curso, que se move e se produz por meio de determinações sócio-históricas. Daí a necessidade de se falar em efeitos de sentido, ou então, em efeitos de sentido entre locutores, com o sentido dependendo das relações que se estabelecem no cenário discursivo.

Pensar efeitos de sentido e lugar discursivo requer o entendimento do conceito de formações imaginárias, que surge em 1969, quando Pêcheux (1993) o inscreve na noção de esquema ‘informacional’ de Jakobson, com o propósito de pensar o funcionamento do processo discursivo

² *Enquanto disciplina e método, a AD é concebida e avança a partir de pressupostos da Lingüística, do marxismo e da Psicanálise. Assim, busca relacionar a língua com a história e como elas atuam na produção de sentidos, deslocando a noção de homem e pensando um sujeito discursivo que funciona pelo inconsciente e pela ideologia (ORLANDI, 2001). Ao dizer, o indivíduo é interpelado pela ideologia e é dessa maneira que a língua faz sentido.*

³ *O conjunto de conceitos inaugurados por Michel Pêcheux, principalmente a partir da década de 70, do século XX, pressupõe que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia, a partir de entendimentos buscados em Althusser (1985), para quem todo indivíduo se torna sujeito ao ser interpelado pela ideologia, sem considerá-lo agente da história, mas agente na história (ALTHUSSER, 1978), ou seja, suas construções se dão a partir de determinadas condições e do que lhes é permitido avançar. Pêcheux (1995) ressignifica este pensamento a partir da linguagem e não sociologicamente, tendo a ideologia como conjunto de representações, como visão de mundo ou como ocultação da realidade.*

ao se colocar em relação os sujeitos do discurso e o seu referente. Segundo Pêcheux, “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX in GADET, 1993: 82 [grifos no original]). Para Pêcheux, no entanto, A e B estabelecem efeitos de sentido, enquanto para Jakobson trata-se de transmissão de informações. O analista francês, ao resgatar o esquema jakobsoniano, propõe a substituição do termo mensagem por discurso, definindo este como “efeito de sentidos” entre os pontos A e B, que não correspondem a indivíduos necessariamente, mas a lugares representados discursivamente.

As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam, sendo “adjetivadas” a partir destas. O sentido se forma por um trabalho da rede da memória, ele não está fixado a priori como essência das palavras, nem tampouco pode ser qualquer um: há uma determinação histórica. Todo enunciado é passível de deslocar-se discursivamente do seu sentido, derivar para outro, visto que as palavras refletem sentidos de discursos já realizados, imaginados ou possíveis. É por isso que a AD considera o texto em sua materialidade como uma peça com suas articulações, todas relevantes para a construção do ou dos sentidos, já que estes são “[...] evidentes por um efeito ideológico que provoca no gesto de interpretação a ilusão de que um enunciado que dizer o que realmente diz” (FERREIRA, 2005: 44).

O sentido “[...] só pode ser constituído em referência às condições de produção de um determinado enunciado”, uma vez que

O sentido se forma por um trabalho da rede da memória, ele não está fixado a priori como essência das palavras

muda conforme “a formação ideológica de quem o (re)produz, bem como de quem o interpreta” (FERREIRA, 2005: 21). Determinadas condições de produção fazem com que haja dominância de um dado sentido, que muitas vezes parece estar cristalizado na superfície do texto (efeito de evidência). Como não há um sentido fixo, literal, como centro, este deve ser tratado como intervalar, ou seja, não está em um ou em outro dos interlocutores, está no espaço discursivo que se constitui entre ambos.

Dentro do mapa conceitual da AD, a noção de sentido liga-se, ainda, a pelo menos outras duas, o interdiscurso e as formações discursivas. O interdiscurso permite relacionar determinado dizer a toda uma filiação de dizeres e a uma historicidade. Funciona como uma fonte de sentidos – os sentidos são sempre referidos a outros sentidos –, reunindo já-ditos e esquecidos, esses em estado latente, bem como o que poderá vir a ser dito. Para Foucault (2005) todo discurso repousa sobre um já-dito, que não seria apenas uma frase pronunciada ou escrita, mas com vinculação sócio-histórica, implicando não-ditos. A memória, quando pensada em relação ao discurso, é tratada como interdiscurso.

[...] aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível [...]. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação dada (ORLANDI, 2001: 31).

Anoção de interdiscurso como o “todo complexo com dominante” (Pêcheux, 1995: 162

[grifo no original]), quando trazida pela primeira vez por Pêcheux (em 1975), é relacionada ao conceito de formação discursiva (FD), “aquilo que, em uma formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada, determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1995: 160). Ou seja, uma matriz de sentidos que se inscreve no interior do interdiscurso de onde recorta “dizeres”.

A relação com as FDs⁴ é fundamental. Por isso, no procedimento de análise, é necessário remeter os textos ao discurso e estabelecer as relações deste com as FDs, relacionando-as à ideologia. Assim, está explicitado o percurso que caracteriza as etapas da análise. O ponto de partida é o texto, da “superfície linguística” para o processo discursivo, passando pela análise dos esquecimentos (memória, interdiscurso), das variáveis que concorrem na constituição dos sentidos e das posições dos sujeitos. Ou, ainda, o processo inverso, tendo a noção de FD como mediadora.

Esta trama discursiva prova que o dizer não é propriedade particular e as palavras adquirem significação pela história e pela língua. Sujeito e sentido não são naturais nem transparentes, mas determinados historicamente, devendo ser pensados em seus processos de constituição. O trabalho com o discurso jornalístico impõe, ainda, a necessidade de operar com o imbricamento de mais três noções: lugar social, lugar discursivo e posições-sujeito. Isso porque o sujeito sempre fala de um lugar social determinado e este é, portanto, constitutivo do seu dizer. O lugar, enquanto espaço empírico, é sócio-historicamente determinado. É o lugar social que vai determinar a constituição do lugar discursivo (e vice-versa), visto que o lugar do

dizer se relaciona a um sistema de lugares preestabelecidos socialmente.

É na passagem do espaço social, que é empírico, ao espaço discursivo que se institui o lugar discursivo onde o sujeito se inscreve. Os conceitos de formações imaginárias e formações ideológicas⁵, inscritas inicialmente em Pêcheux (1995), e de relações de poder, advinda de Foucault (2005), contribuem para a compreensão do lugar social como sistema de dados preestabelecidos.

As formações imaginárias mantêm relações com as condições de produção do discurso, remetendo a lugares determinados na estrutura de uma formação social⁶. Elas estão dadas, são construídas a partir do lugar social que cada sujeito envolvido na constituição do discurso ocupa, atribui a si e ao outro.

As formações ideológicas estão relacionadas às formações sociais, já que é no interior destas que o ideológico se institui, determinando, pelo viés da formação discursiva, os lugares empíricos que cada sujeito pode ocupar, bem como estabelecendo imagens que representam tais lugares. Logo, as formações imaginárias e ideológicas autorizam o jornalista a ocupar determinado espaço na sociedade. A imagem do jornalista e o lugar empírico a ele atribuído ligam-se, ainda, à discussão proposta por Foucault (2005) acerca das relações de poder institucionais. O discurso jornalístico é, entre outras práticas discursivas dispersas em diferentes lugares sociais, o discurso da verdade.

Lugar discursivo: constituição e efeitos

O lugar discursivo é um espaço que se configura no interior do discurso e é da ordem da sua constituição. “A formação discursiva compreende o espaço discursivo [teórico],

⁴ Em um texto não encontramos apenas uma formação discursiva. O texto, ou a materialização do discurso, pode ser atravessado por várias FDs, organizadas em função de uma FD dominante.

⁵ Cada formação ideológica pode compreender várias formações discursivas interligadas. Conforme Pêcheux & Fuchs (in GADET, 1993: 166) “[...] se deve conceber o discursivo como um dos aspectos materiais do que chamamos de materialidade ideológica”. O conjunto de atitudes e representações que constituem as formações ideológicas não são nem individuais e nem universais, mas de reflexo coletivo.

⁶ Formação Social: “caracteriza-se por um estado determinado de relações entre classes que compõe uma comunidade em um determinado momento de sua história. Estas relações estão assentadas em práticas exigidas pelo modo de produção que domina a formação social. A essas relações correspondem posições políticas e ideológicas que mantêm entre si laços de aliança, de antagonismo ou de dominação” (BRANDÃO, 2004: 107)

que, por sua vez, abriga o lugar discursivo que se relaciona tanto com a forma-sujeito quanto com as diferentes posições-sujeito que operam no discurso a partir dele” (GRIGOLETTI, 2005: 161 [acréscimo nosso]). Esse lugar discursivo não é sinônimo de posição, já que, em seu interior, pode abrigar diferentes e até contraditórias posições-sujeito. Cada lugar discursivo representa diferentes modos de se relacionar não só com a forma-sujeito, mas também com as diferentes posições-sujeito que ele pode abrigar.

Ambos, lugar social e lugar discursivo, se constituem mutuamente, de forma complementar e relacionada à ordem da constituição do discurso. O lugar social só se legitima pela prática discursiva, pela inscrição do sujeito num lugar discursivo. O lugar discursivo, da mesma forma, só existe discursivamente porque há uma determinação do lugar social, que impõe a sua inscrição em determinado discurso.

Sob efeito de um mesmo lugar social, o sujeito pode ocupar lugares discursivos diferentes, sob os quais pode assumir diferentes posições-sujeito. Logo, o jornalista pode, a partir desse lugar social, assumir o lugar discursivo de jornalista de política e ocupar-se/comprometer-se com o discurso sobre política, ou de jornalista de economia, ou meio ambiente etc.

O lugar discursivo de jornalista traz as marcas do lugar social de onde ele provém. O jornalista, por meio de convenções do campo, como, por exemplo, construção do texto em terceira pessoa, pretende apagar os resquícios desse lugar social e promover um ‘autodescolamento’ daquilo que é por ele construído. Essa é uma preocupação do campo jornalístico, defendida sob os ideais de imparcialidade e objetividade, inerentes

Cada lugar discursivo representa diferentes modos de se relacionar não só com a forma-sujeito, mas também com as diferentes posições-sujeito que ele pode abrigar

à profissionalização do Jornalismo. As normas profissionais são de dois tipos: “[...] as normas técnicas envolvem as operações de recolha, escrita e preparação das notícias; as normas éticas dizem respeito à obrigação do jornalista para com os leitores e para com a sua profissão, a imparcialidade, a exatidão, o *fair play* e a objetividade” (BREED, 1999: 152 [grifo no original]).

Esse apagamento do lugar social defendido pelos jornalistas, porém, é ilusório. O sujeito acredita que é possível produzir um apagamento do seu lugar social e simula isso segundo o modo como discursiviza o seu dizer. Tal apagamento, porém, é somente efeito, já que sua inscrição em um determinado lugar discursivo implica sempre uma determinação do lugar social.

Conforme Foucault, a definição de lugar social é ponto de ancoragem para a constituição da prática discursiva. “As posições de sujeito se definem igualmente pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos” (FOUCAULT, 2005: 59). É neste entremeio que se configura o discurso jornalístico, devendo-se considerar, ainda, o papel do jornalista num contexto que congrega elementos como a organização/empresa, a relação com as fontes de informação e o horizonte do público, um outro fundamental neste processo, “[...] questões que precedem e ao mesmo tempo constituem as condições epistemológicas que (de)limitam o campo de reflexão e as práticas jornalísticas” (RESENDE, 2005: 98).

É válido, neste modelo de leitura do Jornalismo, ter presente a concepção de notícia como construção social, tomando o processo de produção jornalística no seu todo, considerando o contexto, não apenas o da

organização de trabalho, mas também aquele que a circunda e nela interfere significativamente. O entendimento das notícias como construções sociais traz consigo a compreensão de que elas são narrativas marcadas pela cultura jornalística e pela cultura em geral. Assim, ao produzir a notícia, o jornalista estabelece uma série de relações, seja com as fontes, com a sociedade ou com os membros da comunidade profissional. Para cumprir sua função, ele se faz valer das técnicas, gêneros, formatos e processos de edição, por meio dos quais é possível escolher, excluir ou acentuar determinados aspectos dos acontecimentos no discurso. E o faz interpelado ideologicamente, recortando seus dizeres do interdiscurso, a partir das formações discursivas com as quais se identifica e nas quais se inscreve.

A aproximação com os dispositivos teórico-metodológicos da AD, tomando-os como balizadores para o estudo do Jornalismo, revela que todos esses processos descritos aqui são, na verdade, desprendidos do próprio texto, da trama do discurso, ao se buscar compreender o que é dito, como é dito e como isto significa. Como procuramos demonstrar, o lugar discursivo é constitutivo do dizer. Mesmo sendo visto como um processo da exterioridade, seus efeitos se dão no texto. Os sentidos emergem deste imbricamento indissociável entre texto e contexto e não estão fora, mas colados no texto.

É possível pensar no discurso jornalístico como um discurso sobre, chamando aqui dois aspectos importantes que envolvem os interlocutores de um processo discursivo, a leitura e a interpretação. O discurso sobre remete às escolhas feitas pelos jornalistas e suas fontes na construção dos sentidos que buscam ofertar. Eles, enquanto sujeitos,

As fontes de informação, ao buscarem espaço, estão se inscrevendo na “vontade de verdade” que o Jornalismo carrega em si

também carregam em si elementos que lhes permitem (ou autorizam) falar sobre o tema, como sua credibilidade perante o público e a legitimidade que o “outro” (seu interlocutor, a emissora) lhe concede. As fontes de informação, ao buscarem espaço, estão se inscrevendo na “vontade de verdade” que o Jornalismo carrega em si.

As notícias oferecem a matéria-prima para a análise de discurso, pois, contêm em si, como é próprio da constituição da linguagem, um embate. Não há discurso sem conflito, sem enfrentamentos, sem escolhas (que implicam silenciamentos) e uma constante luta pelo fechamento de sentidos, na ilusão de poder não deixar margens. Ler estes conflitos é tarefa fundamental para compreender o Jornalismo que se assume, cada vez mais, como lugar de realização da complexidade da experiência do ser humano e suas contradições.

Investigar os efeitos de sentido produzidos pelo discurso jornalístico e de como operam as relações que conformam o discurso é tarefa de grande importância dentro do atual contexto de centralidade da mídia e do Jornalismo nos processos sociais contemporâneos. O fenômeno da midiaticização estabeleceu que a discussão sobre os mais diferentes temas pode se dar em variadas esferas, mas, certamente, o desenho das concepções de mundo construído pelo Jornalismo tem papel relevante na própria construção do imaginário que, por sua vez, tem determinação em todas as esferas do processo discursivo.

O Jornalismo é, portanto, espaço profícuo de observação. Mobilizando os dispositivos teóricos e metodológicos da AD a função do analista não é a de explicar os sentidos, mas, o processo de constituição dos sentidos,

Por fim, considerando o papel do Jornalismo no processo de cognição social, na construção de um acervo social de conhecimentos, cabe ressaltar que o Jornalismo deveria, por princípio, aparelhar o leitor para que ele próprio também pudesse perceber os deslizamentos de sentido, o não-dito, e não apenas aquilo que é cristalizado na superfície do texto.

Sobre os autores

Ângela Maria Zamin é jornalista e mestrandanda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação – PPGCC/Unisinus. Bolsista CNPq. E-mail: angelazamin@gmail.com

Reges Toni Schwaab é jornalista e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação – PPGCOM/UFRGS. Bolsista CAPES. E-mail: reges.ts@gmail.com

Referências

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos do Estado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. Um processo sem sujeito nem fim. In: *Posições – 1*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. 167 p.
- BERGER, Christa. *Campos em Confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- BREED, Warren. *Controlo social na redação: uma análise funcional*. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*. 2. ed. Lisboa: Veja, 1999.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro (coord.). *Glossário de termos do discurso*. Porto Alegre: UFRGS. Instituto de Letras, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- _____. *A ordem do discurso*. 14. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- FOUNTCUBERTA, Mar de; BORRAT, Héctor. *Periódicos: sistemas complejos, narradores en interacción*. Buenos Aires: La Crujía, 2006.
- GRIGOLETTO, Evandra. O lugar discursivo do jornalista e do cientista: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: *O discurso de divulgação científica: um espaço intervalar*. Tese de Doutorado. PPG Letras/UFRGS, 2005.
- MACHADO, Marcia Benetti. A ironia como estratégia discursiva da Revista Veja. In: *Encontro da Compós*, XVI, 2007, Curitiba. Anais... Curitiba, Paraná, 2007.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. Jornalismo e configuração narrativa da história do presente. In: *Contra-campo: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação*. Niterói: Instituto de Arte e Comunicação Social, 2005.
- _____. A psicanálise do texto: a mídia e a reprodução do mito na sociedade contemporânea. In: *Encontro da Compós*, IX, 2000, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2000.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.
- PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso. In: GADET, Françoise (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1993.
- _____. *Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1993.

PONTE, Cristina. *Para entender as notícias: Linhas de Análise do Discurso Jornalístico*. Florianópolis: Insular, 2005.

RESENDE, Fernando. O discurso jornalístico no contemporâneo: entre o velamento e produção das diferenças. In: Encontro da *Compós*, XVI, 2007, Curitiba. Anais... Curitiba, Paraná, 2007.

_____. O Jornalismo e a enunciação: perspectivas para um narrador-jornalista. In: *Contracampo: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação*. Niterói: Instituto de Arte e Comunicação Social, 2005.

TRAQUINA, Nelson. *O estudo do Jornalismo no século XX*. São Leopoldo, Editora Unisinos, 2001.